



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

CARTA ABERTA AO POVO DO AMAZONAS E MINISTÉRIO DA SAÚDE

SOS AMAZONAS

Sobre o pedido de intervenção encaminhado pela Assembleia Legislativa do Amazonas ao presidente Jair Bolsonaro, no último dia 21 de abril, tivemos certeza que o Governo do Estado não tem conhecimento dos reais acontecimentos causados pelo Covid-19 prejudicando a população e aumentando os sofrimentos pelos quais ela passa. São aproximadamente 100 mortes por dia, subnotificadas numa tentativa de confundir a opinião pública demonstrando um falso controle sob a situação.

Mas, apesar do Governo do Estado ter dito que teria sob controle todas as ações de combate ao coronavírus no Amazonas, o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPE) enviaram recomendação, através de ofício ao Ministro da Saúde, favorável às medidas de intervenção.

O que nos deixa com o sentimento de dever cumprido é que os motivos citados na manifestação dessas instituições são exatamente os mesmos apresentados no nosso pedido de intervenção federal aprovado pela Assembleia Legislativa do Amazonas e entregue ao presidente Jair Bolsonaro.

Essa recomendação determina a fiscalização, auditoria e controle sobre as ações do Governo do Amazonas no enfrentamento a pandemia Covid-19. E prevê a fiscalização do uso de recursos do Fundo Estadual de Saúde no aluguel do Hospital Nilton Lins, assim como o fato de ter sido inaugurado sem estrutura, leitos, insumos e recursos humanos. As instituições também pedem a fiscalização da falta de equipamentos de Proteção Individual (EPI), algo que demonstra insuficiência no que tange a saúde dos profissionais, e ainda a forma correta do fluxo de atendimento aos pacientes com o objetivo de diminuir o contágio entre as pessoas, e ainda o tratamento nas casas e no Hospital de Referência (Delphina Aziz).

Se tudo isso for constatado, e infelizmente é provável que sim, as três instituições recomendam que o Ministério da Defesa venha instalar no Amazonas Hospitais de Campanha; assuma a administração das unidades hospitalares do Estado e envie remessa de equipamentos para os leitos de UTI do Estado. E mais, recomenda que o Ministério da Defesa promova medidas para prevenir que os recursos federais sejam utilizados de forma errada.

Está claro que o Governo do Amazonas só tem interesse de administrar os recursos mas sem qualquer capacidade de gestão comprovadamente desde o início do mandato, atrasando salários com superávit de arrecadação. Além da evidente incapacidade administrativa já atestada por todos os Ministérios Públicos de forma consensual, há também claros indícios de malversação do erário, com a compra de equipamentos inadequados por valores 300% acima do mercado que



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

uma vez sendo inadequados para UTIs não há razão para alta demanda dos mesmos, nem justificativa para sobrepreço.

A ALEAM comunga com a recomendação do MPF, MPT e MPE, e não só renova o pedido de intervenção federal como todo e qualquer apoio do Ministério da Saúde e Ministério da Defesa com o objetivo de salvar a vida do povo do Amazonas.

Dep. Belarmino Lins
Dep. Serafim Corrêa
Dep. Sinésio Campos
Dep. Delegado Péricles
Dep. João Luiz
Dep. Mayara Pinheiro
Dep. Wilker Barreto

Dep. Dermilson Chagas
Dep. Adjuto Afonso
Dep. Felipe Souza
Dep. Fausto Júnior
Dep. Josué Neto
Dep. Abdala Fraxe